ATA n.º 02/2017

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezessete reuniu-se, às 14h na sala de reuniões da PROPESP, o Comitê de Ciência, Tecnologia e Inovação – CCTI para reunião ordinária. Presentes Anderson Orestes Cavalcante Lobato (suplente - FADIR), Artur Henrique Franco Barcelos (titular - ICHI), Danúbia Bueno Espíndola (Diretora de Inovação Tecnológica), Jorge Luiz Pimentel Júnior (suplente - IMEF) José Antônio Scotti Fontoura (suplente - EE), Leandro Bugoni (titular - ICB), Marcelo Gonçalvez Montes D'oca (Diretor de Pesquisa), Márcio Vieira Oliveira (titular -Técnicos), Maria Isabel Correa da Silva Machado (titular - Docentes), Paula Dentzien Dias Francischini (titular - IO), Samuel de Carvalho Dumith (titular- FAMED). Participaram como convidados Paula Fagundes Marques Shinzato (Diretoria de Inovação Tecnológica). Aberta a reunião e verificado o quórum, o presidente Leandro Bugoni abriu a sessão e passou a palavra Paula Fagundes, que apresentou o primeiro ponto de pauta: processo administrativo n.º 23116001035/2017-11 de autoria de Carlos Prentice Hernandez para análise e parecer sobre o interesse institucional para a proteção da criação e manifestação sobre a proposta de repartição de benefícios. Em seguida, ela realizou a leitura do pedido de proteção de propriedade intelectual apresentado pelo requerente (fls. 04/07 dos autos). Após, o Comitê passou a apreciar a questão referente ao item n.º 11 do referido formulário, que questiona se os resultados parciais ou finais da criação já foram objeto de publicação ou divulgação, uma vez que a resposta do requerente foi positiva, tendo este informado na fl. 06 do processo que a data de divulgação foi 21/08/2015, e o meio de divulgação foi por defesa de tese. Assim, a preocupação do Comitê refere-se ao fato de que a novidade é um dos requisitos de patenteabilidade, conforme art. 8º da Lei Nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, sendo que seu art. 12 diz que "Não será considerada como estado da técnica a divulgação de invenção ou modelo de utilidade, quando ocorrida durante os 12 (doze) meses que precederem a data de depósito ou a da prioridade do pedido de patente". Contudo, embora tenha sido informado no formulário que a origem do pedido é a tese de doutorado de um dos inventores (fl. 04), cuja defesa foi aberta em 21 de agosto de 2015 (fl. 06), o autor esclareceu ao Diretor de Pesquisa, Marcelo D'Oca, em momento prévio à reunião, que o conteúdo reivindicado no pedido de patente não é exatamente o que está descrito na tese, pois decorreu da continuidade do trabalho da aluna durante seu pós-doutorado, e que o conteúdo da tese não foi divulgado on-line. Por essa razão, durante a reunião, Paula sugeriu que o Comitê indicasse um membro para comparar o conteúdo do pedido da patente com o conteúdo da tese. Porém, Anderson Lobato, por sua vez, contrapõe que cabe ao interessado realizar o pedido e à oposição comparar os conteúdos, e que o comitê não deve antecipar um problema hipotético. De maneira que, como apenas o título é semelhante, não existe empecilho para a proteção. Ressalta que para a Universidade a origem do pedido está na tese, mas o que está na patente para proteção é novo e oriundo do pós-doutorado da aluna. Paula mencionou que o INPI irá realizar a pesquisa on-line e, se a tese não estiver disponível on-line, poderá não haver maiores complicações. Dessa forma todos os membros votaram em apoiar o interesse institucional para a proteção da criação e concordaram com a repartição de benefícios proposta pelo autor. Em seguida, o presidente apresentou o próximo ponto de pauta: Indicação e discussão sobre nomes para a vice-presidência do CCTI, motivado pela renúncia de Kelley Baptista Duarte. Leandro pede para que os interessados se manifestem e Danúbia Bueno Espíndola se oferece para ocupar o cargo. Os presentes votam, por unanimidade pela aprovação. Dando continuidade à reunião Leandro Bugoni e Marcelo D'Oca, membro e coordenador da comissão organizadora da 16° Mostra da Produção Universitária, respectivamente, ressaltam a

importância da MPU para a Universidade e relataram para o comitê as dificuldades encontradas na organização e realização do evento. Segundo eles, existe dificuldade na montagem das bancas de mediação das apresentações de trabalho do evento. Para Marcelo D'oca, existe uma necessidade de valorização e melhora do comprometimento com a MPU por parte dos docentes e discentes. Para isso, pede que membros do CCTI atuem junto as suas respectivas Unidades Acadêmicas e Diretores na conscientização dos colegas quanto à importância da participação deles no evento. Marcelo D'Oca, também afirma que está trabalhando em formas de tentar ampliar a participação dos docentes nas bancas, como uma provável solicitação de nomes de mediadores via portaria para as Unidades Acadêmicas. Artur pondera qual seria critério utilizado para isso e Márcio argumenta que em casos semelhantes existe conversa entre a Unidade e seus servidores e a indicação é consensual. José Antônio Fontoura pontua que o que mais surpreende ele durante a MPU é a ausência do orientador durante a apresentação do aluno. Márcio afirma que pode ocorrer de um orientador ter mais do que um orientado e que, em alguns casos, os alunos podem apresentar simultaneamente em locais diferente. Paula afirma que existem casos de professores que usam o período reservado no calendário universitário para a Mostra para ministrar aulas, mostrando descaso com a MPU. Outra medida que o coordenador pretende desenvolver, junto ao comitê de bolsas institucionais, para valorizar o evento, é estipular premiação para os melhores trabalhos apresentados. Isabel apoia a ideia, concordando com sua importância. Arthur, por sua vez, é radicalmente contra. Segundo ele, a premiação estimularia a competição no mundo acadêmico, o que acredita ser ruim. Marcelo D'Oca, não concorda com esse ponto de vista e acha que a premiação pode trazer tanto alunos como professores para a MPU, além de ser um passo importante para a indicação pela FURG de bons trabalhos de iniciação científica para concorrerem ao prêmio nacional do CNPq. Os membros discutem e concordam que caso a premiação seja implementada os critérios de avaliação devem ser bem pensados e gerais para não criar vícios na avaliação. Como assuntos gerais, foi discutido a necessidade de se atualizar a portaria do CCTI, de forma que a Unidade Acadêmica confirme ou indique novos membros para o comitê. Esta ata, após lida e devidamente aprovada, será assinada pelo Presidente do CCTI, Leandro Bugoni, e por mim, Gabriela Amaral de Rezende, relatora desta reunião.

Leandro Bugoni
Presidente

Gabriela Amaral de Rezende
Secretária